

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 26

(Sem revisão final)

13 de março de 2019

(17 h 12 m – 19 h 01 m)

Ordem do dia:

Audição da Embaixadora Maria da Graça Mira Gomes, Secretária-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa.

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Carla Barros (PSD)

Maria da Luz Rosinha (PS)

João Vasconcelos (BE)

Telmo Correia (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

Ricardo Bexiga (PS)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar Ocorrido em Tancos.

Eram 17 horas e 12 minutos.

Hoje temos connosco a Sr.^a Secretária-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, Sr.^a Embaixadora Maria da Graça Mira Gomes, a quem cumprimento e agradeço a disponibilidade.

Como sabem, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nos termos regimentais, as audições processam-se de modo sequencial e cabe hoje dar início aos trabalhos ao Grupo Parlamentar do PSD, com a Sr.^a Deputada Carla Barros. Tendo a Sr.^a Embaixadora referido que não pretendia fazer uma intervenção inicial e colocando-se de imediato à disposição das Sr.^{as} e Srs. Deputados, dou a palavra à Sr.^a Deputada Carla Barros, com a promessa que a interromperei logo que conclua os 8 minutos que lhe estão atribuídos.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por saudar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, a Dr.^a Graça Gomes, como Secretária-Geral do Sistema de Informações da República.

Nesta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar Ocorrido em Tancos já temos uma série de informações relevantes e, embora a Sr.^a Dr.^a Graça Gomes não estivesse ainda no exercício do cargo nos dias do furto, consideramos pertinente que possa partilhar connosco, tendo em conta que já deve ter algumas informações de acompanhamento deste dossiê, alguma

experiência e opiniões em relação ao que é importante considerar sobre o furto do material militar em Tancos.

A minha primeira questão é a seguinte: os serviços que tutela tiveram alguma vez alguma informação, algum indício de que poderia ocorrer uma situação como a que veio a ocorrer nos Paióis Nacionais de Tancos? Se tiveram essa informação, houve alguma comunicação disso mesmo às Forças Armadas?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes** (Secretária-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa): — Sr. Presidente, os meus cumprimentos. Gostaria também de saudar todos os Srs. Deputados presentes.

Em relação à questão que me foi colocada pela Sr.^a Deputada Carla Barros, gostaria de dizer o seguinte: em primeiro lugar, assumi funções posteriormente ao furto que se deu nos Paióis Nacionais de Tancos mas naturalmente que damos grande importância a uma questão desta natureza e procurei inteirar-me, como a Sr.^a Deputada calcula, junto dos serviços competentes que tutelo sobre o que se passou na ocasião e quais foram as nossas perspetivas.

Em relação à questão que colocou sobre se nós, Serviços de Informações, tínhamos alguma informação ou indício que apontasse no sentido de que poderia haver um furto de material militar nos Paióis Nacionais de Tancos, pois não tínhamos nenhuma informação, nenhum indício nesse sentido.

Mas deixe-me, desde já, referir que, caso tivéssemos alguma informação sobre a potencialidade de haver um furto de material militar ou de armamento, esteja ele na posse de Tancos ou à guarda de outras forças militares ou de segurança, naturalmente que comunicaríamos às entidades competentes. Faz parte da obrigação dos Serviços de Informações e, aliás,

faz parte da obrigação de qualquer cidadão nacional, se tiver indícios que apontem para a prática de um crime, comunicá-los às entidades competentes para o efeito.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Sr.^a Embaixadora, queria ainda perguntar-lhe como avalia este acontecimento em Tancos.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — O acontecimento em si não avalio, avalio é as consequências dos acontecimentos posteriores.

Portanto, os Serviços de Informações, na altura, fizeram um documento de avaliação, que foi transmitido às entidades nacionais competentes, em que fizeram uma avaliação, nomeadamente, do grau de ameaça para a segurança nacional decorrente, tendo em conta os indícios e os elementos que pudemos apurar na altura e de acordo com os critérios específicos dos serviços de *intelligence* com os quais costumamos trabalhar.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Acha que o furto não seria motivo suficiente para alterar o estado de segurança do País, pelo menos durante algum tempo, até existir uma avaliação mais concreta do sucedido? Esta é a primeira questão. E que elementos justificaram, então, a manutenção do nível moderado quanto ao risco de ameaça sobre o nosso País?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr.^a Deputada, são duas questões mas, no fundo, poderei juntá-las na mesma resposta.

Como comecei por referir, nós, Serviços de Informações, temos metodologias e temos elementos concretos sobre a maneira como procedemos à avaliação da situação a nível da segurança nacional. Aliás, aproveito para referir que é uma competência que nos está atribuída em termos exclusivos e constitui sempre uma tarefa de grande responsabilidade,

uma avaliação global e abrangente, tendo em conta os indícios concretos de que dispomos, os nossos contactos no terreno, tanto quanto possível, e também a motivação e todo o envolvimento da situação.

Portanto, não é de maneira nenhuma um trabalho que se faça de ânimo leve, é um trabalho muito consistente, muito ponderado, em que temos em conta os devidos elementos.

Neste caso concreto, quando nos foi referido que havia o furto de armamento em Tancos, fizemos, como disse, um estudo completo, equacionámos várias hipóteses, vários cenários, e achámos que não estava em causa a alteração a nível global do nível de ameaça. Portanto, mantivemos o nível moderado.

Em relação à questão específica de potencial tráfico de armas, aí a questão foi vista com imenso cuidado e, naturalmente, tivemos em conta a sensibilidade e as especificidades dos materiais que nos disseram que tinham sido furtados.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — A Sr.^a Secretária-Geral confirma que os Serviços de Informações seguiram durante bastante tempo as atividades de uma rede de tráfico de armas na Europa?

Confirma que os serviços tiveram conhecimento da existência de uma suposta lista de compras que surgiu algum tempo antes da ocorrência do furto nos Paióis Nacionais de Tancos e que coincidia com o que viria a ser furtado em Tancos?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr.^a Deputada, em relação à primeira questão, os Serviços de Informações analisam fenómenos transnacionais de âmbito ilícito, criminoso, que possam pôr em causa ou perturbar a segurança interna nacional. Estamos a falar dos serviços internos.

Os serviços externos analisarão e trocarão informações com os seus congéneres para analisar vários problemas e questões que se prendem com tráficos ilícitos e que poderão também afetar o território nacional, como seja, por exemplo, tráfico de estupefacientes que possa cruzar o território nacional, cuja origem seja em outros países europeus seja noutros locais.

Portanto, de facto, temos aqui uma competência dos Serviços de Informações que pode refletir-se na segurança interna. E aí posso dizer-lhe que acompanhamos essas medidas, estudamos os fenómenos nessas perspetivas. Não cabe aos Serviços de Informações andar a averiguar um caso concreto ou outro de um eventual traficante de armamento. Isso seria, na minha opinião, uma matéria que releva da competência de outras forças e serviços de segurança que não os serviços de *intelligence*.

No que respeita a essa lista que a Sr.^a Deputada está a referir, mais uma vez, não estava em funções e, portanto, não tenho, nem tinha, sequer, na altura, credenciação para tratar de uma matéria tão classificada. Creio saber o que está a mencionar e, de facto, foi uma matéria que foi tratada com as devidas precauções de confidencialidade entre os serviços portugueses e os serviços congéneres. Tanto quanto me posso recordar foi uma matéria que não teve a ver com o furto de Tancos.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Então, apenas para que fique ainda mais esclarecido, pergunto se atualmente, já no exercício das suas funções, está a acompanhar esta rede de tráfico de armas na Europa, a qual pode estar associada com esta lista de compras ao material que foi furtado em Tancos.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Peço desculpa, Sr.^a Deputada. Provavelmente, não me exprimi corretamente. Não estava referir-me a nenhuma rede específica, estava a falar dos trabalhos, dos fenómenos

de tráficos ilícitos que acompanhamos nessa perspetiva de que podem vir... Estava a falar no pressuposto de que podem vir.

Por exemplo, não é confidencial que, de vez em quando, são apanhados — às vezes até dão à nossa costa — traficantes de estupefacientes. Portanto, nessa medida, acompanhamos o fenómeno e tentamos alertar e prevenir, eventualmente, para essas consequências. É nessa medida que estudamos o fenómeno em si. Agora, não me queria referir a nenhuma rede específica de tráfico na Europa ou noutra local, como o Médio Oriente, etc.

Não tenho informações concretas para lhe dizer que estamos a acompanhar esta ou aquela rede de tráfico, estamos a acompanhar os fenómenos na medida em que eles podem ter repercussões na nossa segurança interna. Portanto, como digo, é uma abordagem mais do fenómeno em si e não de especificidade, de um traficante.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Vou proferir uma afirmação do Sr. Primeiro-Ministro: «logo no dia a seguir à constatação do furto, as autoridades nacionais, e em particular a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, reuniram a Unidade de Coordenação Antiterrorista, que identificou que o furto nada tinha que com qualquer ligação a criminalidade organizada, muito menos a atividade de terrorismo.»

Quem profere esta afirmação é o Sr. Primeiro-Ministro António Costa.

Pergunto-lhe, Sr.^a Secretária-Geral, que elementos teriam os Serviços de Informações para afastar a possibilidade de estarmos perante um crime organizado e de terrorismo?

Alguma vez durante o seu mandato surgiu alguma situação que colocasse Portugal em risco de ser alvo de uma ação deste tipo?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Em relação a Portugal ser alvo de atentados terroristas, vou começar pelo fim, e até agradeço a sua

pergunta porque aproveito para esclarecer — aliás, reiterar, porque acho que já tive ocasião de dizer isso quando estive aqui no Parlamento na Comissão de Defesa — que Portugal está obviamente inserido num contexto europeu que não é fácil, que todos nós conhecemos.

Não vou estar aqui a analisar a situação, por exemplo, do que se passa no contexto da crise na Síria e no Iraque mas, de facto, Portugal está inserido no continente europeu e não podemos deixar de estar atentos a esses fenómenos do terrorismo internacional, seja ele de matriz jihadista ou outra.

Portanto, de facto, isso continua a ser prioridade dos Serviços de Informações portuguesas, à semelhança da grande maioria dos seus congéneres europeus. Que eu tenha conhecimento, não há nenhuma ameaça específica dirigida a Portugal, nem há nenhuma ameaça específica da parte de entidades ou grupos terroristas dirigida a uma entidade portuguesa. Daí mantermos o nosso grau de ameaça em moderado, mas, como digo, não deixamos de estar muito atentos, de acompanhar a situação com muita grande atenção.

Entretanto, se eu sabia ou não de um atentado ou de uma ameaça concreta para Portugal, posso dizer-lhe que não sei de nenhuma ameaça concreta contra Portugal que seja feita por grupos terroristas nomeadamente de matriz jihadista.

A outra pergunta que estava a colocar-me era em relação às criminalidades organizadas e aos vários cenários que poderiam ter sido feitos pelos Serviços de Informações. O Serviço de Informações produziu documentos nos moldes habituais, de acordo com a forma como trabalhamos, efetuando vários cenários, várias hipóteses com base, como digo, nos indícios e nos trabalhos que desenvolvemos com as nossas metodologias próprias tendo em vista a motivação e a capacidade potencial de eventuais grupos terroristas que têm capacidade para se deslocarem ou para atuarem no contexto europeu.

Enfim, com todos esses elementos — poupo os detalhes aos Srs. Deputados — fizemos vários cenários e neles teríamos hipóteses ligadas a organizações que, de facto, poderiam relacionar-se com a criminalidade. Mas também poderiam relacionar-se, mais para baixo no nosso nível de prioridades, com atividades terroristas, porque o trabalho dos Serviços de Informações é estudar as hipóteses, os cenários e submetê-los à consideração dos nossos dirigentes políticos para quem trabalhamos.

Os Serviços de Informações normalmente não fazem documentos a dizer que está tudo muito bem e que é tudo um mar de rosas. Não, porque somos realistas e a realidade europeia a nível de ameaça terrorista, muitas vezes, ainda é brutal, que é a expressão que costumo usar.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Considera esta afirmação do Sr. Primeiro-Ministro pouco prudente?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Não considero a afirmação do Sr. Primeiro-Ministro pouco prudente, considero que existem vários cenários e que o Sr. Primeiro-Ministro teve um dos cenários em consideração.

Não acho que tenha havido falta de prudência. Acho que o Sr. Primeiro-Ministro teve um dos cenários em consideração.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Considera que o material furtado poderia pôr em causa a segurança interna? Acha que o material que não foi recuperado pode vir a ser utilizado em ações criminosas?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Confesso, Sr.^a Deputada, que fico um bocadinho embaraçada com a sua pergunta, porque não sei exatamente a que tipo de material se está a referir.

A certa altura havia uma discrepância a nível de munições. Vi na imprensa, designadamente, que entre o material que tinha sido achado e depois transferido para um dos paióis havia uma discrepância, já não me lembro se era de munições e granadas, mas foi a ideia com que fiquei.

Se for esse o caso, o que creio é o seguinte: qualquer tipo de material militar, qualquer armamento que não esteja na posse do seu verdadeiro titular, enfim, de quem de direito, pode ser usado por grupos terroristas, por grupos criminosos, por grupos de crime organizado ou até pode ser utilizado por um lobo solitário, como é costume chamar-se agora àquelas pessoas que fazem ataques terroristas sem apoio de uma entidade ou de um grupo extremista organizado.

Portanto, esses materiais podem ser usados em atos de extremismo violento. Mas também temos, infelizmente, assistido, no cenário europeu, a indivíduos com perturbações psicológicas que têm feito atentados usando pouco armamento.

Aliás, no ano passado, em 2018, o que se verificou na Europa foi uma diminuição do número de atos terroristas e uma diminuição do material técnico, digamos assim, utilizado. Ou seja, não são materiais tão sofisticados que têm sido usados ultimamente a nível europeu.

De qualquer forma, no que respeita a esse material, analisámos e avaliámos a situação e considerámos que não era de molde a mudar a avaliação que tínhamos feito para o grau de ameaça, porque era nosso entendimento, por um lado, que haveria já um controlo maior e, por outro, porque não se tratava de uma lista oficial, se me permite. Ou seja, eram informações que estávamos a recolher através, basicamente, da comunicação social, mas como se tratava de questões que relevavam para a segurança interna, obviamente estamos a analisar e a seguir com muito cuidado.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Embora tendo apontado alguma dificuldade no início, respondeu à minha questão.

Vamos passar para a questão da cooperação institucional, da comunicação entre os diversos organismos envolvidos nesta temática do furto do material de Tancos. Pergunto-lhe: considera que existiu neste processo a necessária cooperação institucional de modo a permitir que o SIS (Sistema de Informações e Segurança) desempenhasse a sua função, nomeadamente em termos de definição do grau de risco a que Portugal estava sujeito?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr.^a Deputada, acho que a cooperação entre o SIS, aliás, os Serviços de Informações da República e as forças e serviços de segurança, as outras entidades relevantes, as Forças Armadas funciona bem. Em termos concretos, temos os nossos pontos de contacto nas várias entidades, as reuniões fazem-se formal e informalmente.

A cooperação funciona. Cabe a quem dispõe da informação fazê-la circular no devido modo aos seus congéneres e parceiros. Estou em crer que os mecanismos podem sempre ser melhorados, mas que funcionam bem, no meu entendimento.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Portanto, confirma que o modelo de cooperação que existe entre as diversas forças de segurança e as Forças Armadas em matéria de segurança nacional é o adequado, mas referiu que poderia ser melhorado.

Sr.^a Dr.^a Graça Gomes, pergunto-lhe em que é que considera que poderia ser melhorado?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Porque sou ambiciosa e acho que pode sempre ser melhorado o entendimento e a cooperação entre todos os serviços e entidades nacionais quer sejam também as de fora.

Por exemplo, ainda recentemente, tivemos ocasião de estabelecer um memorando, um protocolo, assinado pelo Sr. Almirante CEMGFA (Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas), para reforçar a cooperação entre os Serviços de Informações que tem a ver não só com o melhorar dos procedimentos, do ponto de vista formal, mas também com uma maior partilha de informações em termos concretos e uma melhor partilha até em termos operacionais. Ou seja, pretende-se criar maiores sinergias, maiores oportunidades de cooperação em termos concretos.

Nestes casos, se me permite, temos em mente, até, o apoio às nossas Forças Nacionais Destacadas (FDN). Aí, no meu entender, já estamos a fazer uso desse protocolo, desse memorando entre o SIRP (Sistema de Informações da República Portuguesa) e o EMGFA (Estado-Maior General das Forças Armadas) e estamos a melhorar em termos substantivos, parece-me, a coordenação em questões tão essenciais como o apoio às nossas Forças Nacionais Destacadas pelo mundo fora.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Confirma que é adequado, mas que pode ser melhorado e que estão com procedimentos no sentido dessa melhoria.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Como disse, já foi assinado e está a ser aplicado.

Eu própria já participei com o Sr. Almirante CEMGFA em *briefings* conjuntos sobre matérias comuns relevantes. Portanto, acho que isso já é um passo que concretizámos e que é muito positivo. Haverá certamente sempre... Como digo, sou ambiciosa e, portanto, haverá sempre

procedimentos a melhorar. Mas, neste momento, acho que já fizemos, se me permite a modéstia, algumas melhorias concretas.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Como avalia o reaparecimento, a recuperação do material furtado em Tancos? Como é que avalia este reaparecimento, esta recuperação? Os Serviços tiveram alguma informação sobre este processo? Acompanharam, desde o furto, a eventual existência de associações criminosas do nosso País que pudessem ter estado envolvidas neste caso?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Como já tive ocasião de referir, a partir do momento em que há uma investigação criminal em curso, os Serviços de Informações saem de cena. Isso está estabelecido na nossa Lei-quadro e acho que muito bem.

Não fazemos parte da investigação criminal, mas, mais uma vez, se os Serviços souberem de alguma coisa que seja relevante, como qualquer cidadão, como qualquer instituição, não deixaremos de transmitir. Claro que, como também já tive ocasião de dizer, acompanhamos, como qualquer cidadão, o que se passa nesse dossiê e com redobrado interesse.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — A minha próxima questão é a seguinte: foi determinado algum procedimento novo nos Serviços após o furto? Mudou alguma coisa?

Já referiu a atuação dos Serviços de Informações, mas o Dr. Júlio Pereira afirmou ontem que tinha ocorrido uma alteração ao nível da ameaça apenas relativamente ao tráfico de armas. Mantém-se ainda, Sr.^a Secretária-Geral?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Não posso dizer-lhe de cor se se mantém exatamente o grau de ameaça que fazemos periodicamente.

O grau de ameaça não é feito todos os dias, fazemo-lo periodicamente. Está a perguntar-me em relação ao tráfico de armas. Mas estou em crer que se mantém entre o nível moderado, digamos, para significativo. Não posso estar a precisar exatamente porque são avaliações que são feitas periodicamente.

De qualquer forma, se tiver sido feito, de facto, não foi só decorrente de Tancos. É toda uma avaliação que tentei explicar no princípio. Fazemos uma avaliação mais global que não tem só em conta o fator Tancos. Tem a ver com outros fenómenos ligados ao tráfico ilícito de armamento.

Mas em relação aos Serviços, concretamente, e se mudaram os procedimentos, não. Continuámos a trabalhar com base na metodologia com que sempre trabalhámos e de acordo com as orientações e as prioridades do nosso trabalho que são definidas superiormente.

Portanto, não houve uma alteração a nível dos procedimentos internos dos Serviços de Informações.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Relativamente aos recursos disponíveis no Sistema de Informações da República, a nossa primeira questão é se entende que o SIRP tem, neste momento, os recursos humanos e os meios adequados para o pleno funcionamento ou se reivindica mais meios.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr.^a Deputada, é matéria confidencial. Peço imensa desculpa, mas não vou entrar em detalhes nessa matéria.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Então a audição devia ser à porta fechada!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Esta é uma Comissão de Inquérito!

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Mas, como lhe disse, sou ambiciosa. Gosto de produzir trabalho e produzir bem e, portanto faço o meu melhor.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Sr.^a Secretária-Geral, é confidencial pronunciar-se sobre os meios disponíveis no Sistema de Informações da República a que me referi? Entende que tem, neste momento, os meios suficientes ou reivindica mais meios para uma atuação de excelência do Serviço que lidera?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Se me permite, acho que os Serviços de Informações da República Portuguesa contribuem de forma adequada e decisiva para o nível de segurança interna que temos neste momento no nosso País.

Ainda hoje tive o gosto de ver que Portugal subiu no *ranking* dos países com melhor qualidade de vida, onde o elemento segurança com certeza foi tido em conta. Portanto, os Serviços dispõem dos meios adequados para responderem às exigências que lhe são atribuídas pelo enquadramento legal, mas, como digo, sou ambiciosa, gosto sempre de fazer mais e melhor e acho que os nossos Serviços também.

Mas, se me pergunta se preciso de mais três ou de mais quatro ou de mais *x* funcionários, isso, repito, é matéria confidencial e não tenho capacidade de lhe responder. Se me perguntar se gostaria de ter mais meios,

acho que todos nós gostamos de fazer mais e melhor, não é? Vejo assim o meu trabalho!

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Muito obrigada, Sr.^a Secretária-Geral. Da parte do Grupo Parlamentar do PSD, vamos aguardar que a Dr.^a Graça Gomes desenvolva, no resto do tempo disponível nesta audição, as respostas às perguntas dos outros grupos parlamentares, e, depois, decidiremos se faremos uma nova ronda de questões.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada Carla Barros.

Segue-se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria da Luz Rosinha.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Presidente, cabe-me, em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, saudar a Sr.^a Secretária-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, Graça Mira Gomes, realçando também o facto de ser a primeira mulher, em Portugal, a assumir tão altas funções na área da segurança, com certeza com base na experiência que o seu currículo demonstra pelos lugares que já ocupou, o que também é para nós uma prova de confiança e de tranquilidade em relação ao lugar que ocupa.

Gostaria de começar, no tempo destinado ao Partido Socialista, por lhe fazer algumas perguntas que têm a ver com o seguinte: o SIS é a entidade nacional com competência exclusiva para efetuar a avaliação de ameaça sobre o território nacional, recorrendo às mais diversas fontes e métodos de análise de informação.

Que critérios estão estabelecidos — se deles puder falar — e que permitem definir o grau de ameaça? O que é que poderia levar a alterar esse mesmo grau? Houve alguma circunstância que tivesse tido lugar e que

chegasse a ser equacionada como uma possibilidade para que isso acontecesse?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Muito obrigada, Sr.^a Deputada, pelas suas palavras e igualmente pelas suas questões.

Em relação à avaliação de ameaça, como a Sr.^a Deputada disse, e muito bem, a avaliação dos graus de ameaça é efetivamente efetuada pelo SIS com a colaboração do SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa) e com as informações que nos são prestadas pelas outras forças e serviços de segurança, além de procedermos a uma avaliação permanente e constante e de promovermos a sua difusão pelas entidades nacionais competentes.

Quanto a saber quais são os elementos que usamos para isso, nós temos em conta não só a situação vista de uma forma global mas também elementos concretos. Digamos que usamos também as nossas fontes humanas, vemos quais são as potencialidades, as capacidades de organizações, sejam elas ligadas à criminalidade internacional, a atos terroristas potenciais, etc., vemos quais são as potencialidades, dizia, que essas entidades, porventura, poderão ter para atuar em território nacional, se têm as capacidades humanas, se têm as capacidades técnicas, financeiras, etc.

Portanto, temos a maior atenção quando fazemos esse trabalho porque tem naturalmente consequências que são muito importantes a nível interno mas também no plano externo para um relacionamento no contexto internacional, nomeadamente europeu.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Dr.^a Graça Mira Gomes, o Sistema de Informações da República Portuguesa identificou, em algum momento, alguma circunstância que pudesse indicar qualquer ligação entre

o acontecimento de Tancos e movimentos conhecidos de qualquer natureza potencialmente terroristas?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Como há pouco expliquei, não temos conhecimento, nem no caso do furto de armas de Tancos nem noutros casos específicos, de haver uma ameaça concreta contra Portugal por parte de entidades extremistas ligadas a violência, a terrorismo.

No caso de Tancos, como referi, fizemos esses tais cenários, colocámos essas tais hipóteses, mas digamos que o elemento terrorista foi posto como bastante improvável.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Dr.^a Graça Mira Gomes, a questão do potencialmente terrorista não tinha de se aplicar forçosamente ao nosso território. Poderia ser uma intervenção terrorista internacional, com sede no estrangeiro, mas que viesse, por outros meios, a aproveitar o material aqui retirado.

Qual foi o grau de preocupação que lhe foi manifestado pelos serviços congéneres, relativamente a este acontecimento?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Nós, Serviços de Informações, tanto quanto me foi dito do que se passou na altura, tivemos imediatamente o cuidado de transmitir as informações relevantes aos serviços congéneres, no quadro, aliás, do que é feito normalmente em situações idênticas.

Transmitimos as informações e, à medida que se foi desenvolvendo o processo, fomos transmitindo aquilo que era importante e que era útil para partilhar o conhecimento com os outros serviços, e, tanto quanto me foi dado saber, isso não suscitou grandes preocupações ou questões sobre o nosso grau de ameaça e as nossas avaliações por parte dos serviços congéneres.

A Sr.^a Deputada falou nessa hipótese de o material ser utilizado noutros cenários que não o território nacional. É uma hipótese que pode acontecer em teoria, mas não temos conhecimento, até à data, de nenhuma entidade ou grupo que tenha capacidade logística para fazer um levantamento de material dessa natureza e transportá-lo assim e usá-lo em cenários de guerra ou cenários potenciais de conflitos ou outros, que, infelizmente, existem, não só na Europa mas também em outras zonas à volta como seja, por exemplo, o Médio Oriente.

Não sei que mais lhe possa dizer de que eu tenha conhecimento.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Dr.^a Graça Mira Gomes, nesse caso, posso deduzir que não houve aqui nenhuma analogia entre as práticas utilizadas em recentes atentados terroristas na Europa e as tipologias do material que foi roubado e do que foi recolhido.

Nesse caso também não lhe vou falar da lista de compras, porque já nos referiu o que pensa sobre isso e o conhecimento que tem do assunto. Mas pergunto-lhe se foi determinado algum procedimento complementar, que esteja já em curso, no âmbito dos Serviços de Informações e resultante dos acontecimentos de Tancos.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Os Serviços seguem sempre muito atentamente todas estas temáticas, como referi. Reforçámos, provavelmente, e acho que é natural, a nossa atenção, e seguimos com atenção redobrada as informações que vêm saindo e a partilha de informações que é feita nos locais apropriados destas matérias reservadas.

Em termos de procedimentos internos, talvez seja um acompanhamento ainda mais atento e reforçado de tudo o que tenha a ver com o assunto. Mas, se me permite, Sr.^a Deputada, a nível dos Serviços de Informações, temos a visão global e tentamos fazer a conexão entre vários

pressupostos e várias situações, seja na Europa, seja no Médio Oriente, seja no norte de África, seja em outras regiões, que são adjacentes. Acho que é isso que faz parte do nosso trabalho.

E, se me permite, é isso também a mais-valia dos Serviços: é nós estarmos a estudar os fenómenos e os dossiês, na perspetiva da prevenção. Portanto, nós analisamos com base nas nossas metodologias os vários fenómenos e, depois, tiramos as nossas ilações para fazer as propostas de avaliações e as de cenários possíveis.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Uma outra questão tem a ver com o seguinte: é conhecido — pelo menos, é público — que o material foi roubado e que nem todo o material foi recuperado. Pergunto-lhe se se considera confortável em relação ao conhecimento que tem do material em falta, e se é uma informação segura e fidedigna.

Já foi dito por vários intervenientes e por várias entidades que têm sido aqui ouvidas que o material não constituía perigo para a segurança nacional. Mas também já foi dito que o material pode comportar perigosidade. Então, não sendo, contudo, uma ameaça à segurança nacional, no âmbito das averiguações que estão a decorrer, o que é que pensa sobre isto e qual é o papel que os serviços que tutela desenvolvem?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — De facto, está em curso uma investigação judicial e é nesse âmbito que haverá naturalmente mais elementos para confrontarmos as listas dos materiais que saíram indevidamente dos Países Nacionais de Tancos e o que terá sido encontrado.

Como referi, em resposta à Sr.^a Deputada Carla Barros, do PSD, o que veio para a comunicação social era que havia uma discrepância em termos de munições e de granadas. Ora, nos meus serviços, seguimos isso com muita atenção, porque, como disse, qualquer desvio de material de guerra, de

material militar, de armamento, que caia nas mãos erradas, pode ser sempre utilizado para furtos, para crimes mais violentos ou até para outros efeitos ilícitos.

Agora, tenho a ideia de que, a nível da cooperação entre parceiros internos, nos é facultada a informação por quem de direito, por quem a possui. Portanto, é com base nisso que nós, Serviços de Informações, trabalhamos e continuamos a seguir atentamente o dossiê.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Tendo em consideração que nem estava nestas funções quando o material desapareceu, nem quando ele apareceu — pelo menos, o que já apareceu —, mas que, de qualquer maneira, faz parte das suas preocupações, não tenho dúvida, o sucedido e a conclusão deste mesmo processo, pergunto: qual é o eventual paradeiro que se pode atribuir ao material que ainda está em falta? E que possível explicação se pode dar para este acontecimento?

Há pouco, falou naquilo que poderia ser uma utilização desse mesmo material. Não poderíamos estar aqui unicamente — e isso seria mais cómodo para todos — sob uma perspetiva de negócio?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Tanto quanto os nossos Serviços de Informações têm analisado, este tráfico ilícito de armamento, em Portugal, é muito um mercado de oportunidades, é um mercado de, se me permite uma expressão popular, «a ocasião faz o ladrão».

Portanto, não há, da nossa parte, conhecimento de que haja estruturas criminosas que se dediquem a tempo inteiro a este tipo de atividades — e, numa perspetiva de longo prazo, nem o fazem em grande escala.

Agora, por vezes, isto é junto com outras atividades ilícitas e há sempre uma tendência para fazerem tráficos em pequena escala e mais até das chamadas «armas ligeiras», neste caso, munições e granadas, que é o que

aparentemente se diz na comunicação social que falta. Se acho que isto faz parte de uma rede, a mim parece-me, de acordo com as informações que tenho, que é uma hipótese, mas que, lá está, é um dos cenários possíveis.

Na nossa experiência, que é um mercado de oportunidades, é um mercado de «a ocasião faz o ladrão», é um mercado que é usado em ligação com outros tráficos ilícitos, sim, e não temos conhecimento de que haja criminosos violentos a usá-lo para aquelas ações violentas que há pouco tive ocasião de referir e que se dediquem exclusivamente a isso, pelo menos que os Serviços tenham a informação, não.

Portanto, neste momento, o tráfico é mais de pequena escala e de armas, digamos, mais fáceis de dispor.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Considerando que todos os cenários, até ao momento final, estão em cima da mesa, portanto em averiguação, e concordando com parte daquilo que disse, também sabemos que tudo isto se desenrolou de uma forma um bocado fantasiosa: do desaparecimento ao aparecimento, de manifestações diversas por várias personalidades, principalmente militares, e que aqui, nesta Comissão, também já tiveram oportunidade de se manifestar de forma diferente.

Mas é preciso levar este processo ao fim, porque os portugueses assim o exigem. É preciso perceber exatamente o que aconteceu, até porque também há uma figura, a que o PSD já aqui aludiu, que é o apuramento das responsabilidades políticas, mesmo que elas não sejam nenhuma. É o que o Partido Socialista pensa.

Pergunto-lhe: o grau de averiguação e de procura deste tipo de material está a acontecer só em Portugal? É um grau elevado de busca, é diminuto, envolve também outros países? Estão envolvidas entidades congéneres exteriores internacionais para tentarmos chegar a uma conclusão e podermos fechar o processo?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr.^a Deputada, o processo está a decorrer nas entidades judiciais competentes. Portanto, sobre esse processo, que está em segredo de justiça, não tenho mais elementos do que a Sr.^a Deputada e todos à volta da mesa têm.

Portanto, não posso dizer quais são as metodologias que as entidades judiciais estão a seguir e com quem têm falado sobre o assunto.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Dr.^a Graça Mira Gomes, a verdade é que este acontecimento causou um alarme social bastante elevado. Os portugueses preocuparam-se, a imagem do Exército ficou em causa e até aos dias de hoje não conseguimos ainda repor aquilo que efetivamente é importante para o País, quer em termos de segurança, quer em termos de imagem dos seus militares.

A verdade também é que pelo trabalho desenvolvido por esta Comissão de Inquérito verificámos que houve notícias, informações que não se vieram a confirmar, entre elas, inclusivamente, coisas tão simples sobre o roubo das armas, desconhecendo-se exatamente o estado do material e tudo o mais.

Não acha que a averiguação à volta disto já deveria ter adiantado alguma notícia que descansasse os portugueses?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Mais uma vez, não é a mim que compete responder sobre isso. E se me permite falar em nome dos Serviços, acho que fizemos o que era possível, o que era necessário, o que é esperado dos Serviços de Informações da República Portuguesa com as informações disponíveis e com as nossas metodologias de trabalho.

Em relação ao processo judicial, aos processos de averiguações, como digo, não está na nossa mão, está na mão de outras entidades e a elas caberá responder à sua pergunta, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Muito obrigada. O meu tempo está a terminar e vou só fazer-lhe uma última pergunta nesta ronda.

Ao longo de todo este processo, qual é a apreciação que faz da articulação entre as demais forças e órgãos de investigação criminal, inclusivamente com o órgão que tutela? Pergunto se tem havido troca de informação institucional, se os fluxos de informação e a cadeia de informação funcionaram como, na sua opinião, deveriam ter funcionado.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Muito obrigada, Sr.^a Deputada.

Em relação a essa questão acho que já partilhei a minha perceção respondendo à Sr.^a Deputada do PSD, mas reitero que os mecanismos de troca de informações funcionam bem entre os Serviços de Informações da República, as forças e os serviços de segurança e as Forças Armadas nestas e noutras matérias que são pertinentes.

Existem instituições e mecanismos que estão bem oleados e que funcionam — permitam-me que repita — não só de uma maneira formal, mas também informal, através dos pontos de contacto e através de outros mecanismos, digamos, informais e a diferentes níveis.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado João Vasconcelos, não sem antes solicitar ao Sr. Vice-Presidente José de Matos Rosa que me substitua.

Neste momento, assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente José de Matos Rosa.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo por cumprimentar, em nome do Bloco de Esquerda, a Sr.^a Dr.^a Graça Mira Gomes, Secretária-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa.

Sr.^a Doutora, nas audições que aqui tiveram lugar ao longo de todo este tempo em que ouvimos mais de 20 militares, constatou-se que os Paióis Nacionais de Tancos padeciam de várias deficiências e lacunas, com material que não funcionava, tal como o sistema de videovigilância, sensores, rede periférica, comunicações e que até havia relatórios das várias entidades militares para escalões superiores mas que nada foi feito ao longo de vários anos, desde o ano 2000.

Já lá vão quase 20 anos, 17 até ao furto do material de guerra, e tendo em conta a importância dessa infraestrutura militar e o risco de segurança, os militares até foram reduzidos e as instalações continuavam degradadas e avariadas.

Perguntava-lhe se alguma vez, antes de assumir estas funções — provavelmente estaria noutras —, teve conhecimento ou ouviu falar que essas instalações se encontravam degradadas, que os sistemas de videovigilância se encontravam obsoletos, degradados e se não acha, não direi estranho, mas, enfim... Qual a razão, na sua opinião, para os responsáveis militares não terem feito as devidas diligências atempadamente, evitando ou impedindo o roubo do material de guerra?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Muito obrigada pela pergunta, Sr. Deputado, mas à qual não posso responder porque, enfim, é da competência dos militares, das Forças Armadas, essa matéria. E como o Sr.

Deputado referiu, e muito bem, na altura eu não estava nestas funções nem estava em Portugal.

Mas, repito que, de qualquer forma, mesmo que estivesse em Portugal, parece-me que essas são matérias da estrita competência dos Srs. Militares e das Forças Armadas portuguesas.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Depois de tomar posse, nunca viu qualquer relatório dos Serviços de Informações relativamente a esta matéria que lá estivesse guardado desde antes dos acontecimentos de Tancos? Nunca viu, nunca teve conhecimento?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Agora a questão já é um bocadinho diferente, Sr. Deputado. Já tem a ver com as competências dos Serviços de Informações da República Portuguesa.

A nós, Serviços de Informações, não nos cabe estar, digamos, a estudar, a avaliar o que é que se passa em instalações do foro militar. Os Srs. Militares têm, certamente, capacidade para isso e as Forças Armadas têm que tomar as devidas medidas sejam elas quais forem, quer seja em Tancos, quer seja num quartel ou noutros serviços.

Os Serviços de Informações têm tido o cuidado de trabalhar, de avaliar certas, digamos, infraestruturas críticas em Portugal, em território nacional e, nessa medida, poderemos, digamos, contribuir para o reforço da segurança. Mas no que toca às instalações militares, tal cabe aos Srs. Militares e às Forças Armadas em geral.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Voltava a insistir na mesma pergunta porque, provavelmente, não me fiz entender bem.

A partir do momento em que tomou posse nestas novas funções, alguma vez teve conhecimento ou ouviu falar de alguns relatórios dos

Serviços de Informações reportando deficiências e lacunas que teriam existido nos Paióis Nacionais de Tancos? Portanto, nunca viu, nunca tomou conhecimento?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Não. E devo dizer, mais uma vez, que tive o cuidado de estudar os dossiês pertinentes nesta matéria.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado.

Também segundo veio a público, Sr.^a Doutora, a Polícia Judiciária Militar teria sido informada, em março de 2017, de que havia a possibilidade de ocorrer um assalto a uma infraestrutura militar, mais especificamente da região de Leiria. Na sua opinião, quem é que teria fornecido esta informação à Polícia Judiciária Militar?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Não faço de todo ideia, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado.

O General Rovisco Duarte, que, na altura, era o Chefe do Estado-Maior do Exército, disse que até ficou aborrecido por ter tido apenas conhecimento dessa informação quando visitou os Paióis Nacionais de Tancos, no dia 4 de julho, com outros responsáveis militares e políticos.

Quem é que deveria ter informado o Sr. General, Chefe do Estado-Maior do Exército, e porque não o fez? Os Serviços de Informações deveriam estar de posse dessa informação?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Pois, se era uma informação que estava na posse da Polícia Judiciária Militar não estava na

posse dos Serviços de Informações da República. Não faço de todo ideia a que é que o Sr. Deputado se está a referir concretamente.

Se a PJM (Polícia Judiciária Militar) tinha a informação, devia ter trabalhado essa informação. Não era uma informação dos meus serviços. Está a falar de uma coisa concreta dentro das estruturas das Forças Armadas. Enfim, não consigo responder-lhe...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Na sua opinião, a Polícia Judiciária Militar devia ter fornecido essa informação aos Serviços de Informação da República?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Não sei exatamente do que é que o Sr. Deputado está a falar.

Se havia um risco para a segurança interna, em teoria teria de ser transmitido às entidades competentes. Não é? E pelo meio temos aqui os Serviços de Informações, que têm de estar na linha da frente e dispor dos elementos necessários. Mas como não sei exatamente do que é que está a falar, peço desculpa mas não consigo avaliar a pertinência da transmissão ou não de informação. De qualquer forma, há os canais próprios que deviam funcionar nessa medida.

Mas, como lhe digo, por muito cenário que tente imaginar, não sei o que é que está em concreto... Mas agora repito: a partilha de informação entre os serviços de segurança e as Forças Armadas é obviamente essencial para todos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O que é um facto é que veio a público na altura que a Polícia Judiciária Militar teria essas informações sobre a possibilidade de ocorrer o assalto a uma infraestrutura militar e, pelos vistos, não teria transmitido essa informação. Se ela existiu, pelo menos, os

Serviços de Informações da República não sabiam e o Chefe do Estado-Maior do Exército também não sabia. Pronto, era isso que eu gostava de perceber, a existir efetivamente essa informação.

Na sua opinião, considera que os elementos que fizeram o furto a Tancos podiam ter alguma ligação à ETA (Euskadi Ta Askatasuna), como também veio a público pela comunicação social? Teria sido uma encomenda a cargo da ETA ou, na sua opinião, seriam grupos ligados a tráfico de armas, ao crime organizado?

Gostaria de saber a sua opinião sobre isso.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Muito obrigada pela sua pergunta.

Em relação ao que veio a lume na comunicação social sobre eventuais ligações, encomendas, seja lá o que for, da parte da ETA, estamos a falar num período temporal em que a ETA, enquanto organização militar, já não existia. Digamos que há largos anos que a ETA tinha renunciado à luta armada. Parece-me, portanto, uma hipótese um bocadinho, se me permite, descabida, porque era uma entidade que já não estava, felizmente, a funcionar nos moldes em que tinha funcionado nos anos anteriores.

Sr. Deputado, se me permite também a ocasião, aproveito para dizer que foi adotada, no mês passado, em Espanha, uma estratégia nacional contra o terrorismo. E, é feita, precisamente, referência a esta transformação do fenómeno de terrorismo. A perceção do lado espanhol em relação ao fenómeno de terrorismo é a de que, de facto, a primeira prioridade é o combate ao terrorismo internacional e não um fenómeno a nível interno face ao apagamento da ETA que se verificou.

Espero, com estes elementos, ter respondido à sua pergunta e peço-lhe desculpa, mas preciso que me recorde qual era a outra pergunta. Tenho impressão que era ligada às redes de crime organizado...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — À ETA ou ao crime organizado e ao tráfico de armas.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Em relação ao crime organizado, a nível internacional, já tinha referido que é uma hipótese que colocámos dentro das nossas avaliações de cenários, logo após os incidentes. O crime organizado, com matriz internacional ou não, ligado ao tráfico de armas, é uma hipótese que não poderia ser excluída porque, mais uma vez, estava em causa o furto de armamento.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Ainda relativamente ao material furtado, vários responsáveis políticos e militares, incluindo o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, disseram que souberam dos acontecimentos pela comunicação social.

Por outro lado, a Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT) só reuniu 48 horas após os acontecimentos. Pergunto: como é que a Sr.^a Doutora soube desses acontecimentos? Também foi pela comunicação social? E qual a razão de a UCAT apenas reunir 48 horas depois? Na sua opinião, seria por não ter tido conhecimento do acontecido ou para coligir mais dados e informações sobre esse facto?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr. Deputado, ainda não estava nestas funções nem estava em Portugal, portanto, pessoalmente, soube pela comunicação social.

Nessa altura desempenhava funções ao serviço do Estado português, mas não estava como Secretária-Geral do SIRP.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Faço, então, a pergunta de outra forma. Considera normal a UCAT apenas reunir 48 horas após os acontecimentos?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Tanto quanto sei, do estudo do dossiê, foi uma reunião extraordinária convocada pela Sr.^a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, a Dr.^a Maria Helena, que o deve ter feito — se me permite, do que conheço — com a celeridade possível e usando os mecanismos próprios.

Agora, Sr. Deputado, não posso estar a especular sobre uma coisa que não estava a seguir tão atentamente e com detalhe, porque na altura estava noutras funções. Se me permite, talvez fosse de perguntar a quem, na ocasião, esteve mais envolvido.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Efetivamente, a Sr.^a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, da altura, disse que não tinha quaisquer elementos que pusessem em causa o grau de ameaça de terrorismo nacional, nomeadamente em termos de terrorismo internacional. No entanto, a Procuradoria-Geral da República fez sair uma nota onde levantava essas suspeitas. A Sr.^a Secretária-Geral não considera que pode haver aqui alguma contradição entre estas várias entidades?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr. Deputado, é complicado estar a responder quando não estou na posse de todos os detalhes, ao minuto, do que se passou naquela altura. Sei que houve uma reunião extraordinária da UCAT, no dia 30, convocada para o efeito logo que possível, mas não tenho mais elementos que me permitam pronunciar-me de uma maneira ou de outra.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera que o facto de parte do material ter reaparecido na Chamusca se terá devido a alguma encenação da parte da Polícia Judiciária Militar, por exemplo, como foi dito na comunicação social?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Não tenho opiniões pessoais sobre o assunto. Enfim, há um processo judicial a correr e cabe às entidades competentes seguirem-no nas formas devidas.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera a possibilidade de haver ainda material de guerra furtado por recuperar, ou seja, que esse material não tenha sido todo recuperado na Chamusca? Enfim, considera que ainda poderá haver material por recuperar na posse dos assaltantes?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Mais uma vez, Sr. Deputado, essa questão tem de ser colocada no âmbito do processo judicial em curso. Certamente que aí têm elementos para responder.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, terminei as perguntas.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar a Sr.^a Embaixadora e de agradecer a sua presença e os esclarecimentos que já nos deu.

Sr.^a Embaixadora, começo pela questão dos relatórios. É evidente que, na altura, a Sr.^a Embaixadora não estava em funções, mas representa a

instituição e já nos disse que fez o levantamento do dossiê, como é óbvio e natural.

O seu antecessor referiu-se, a certa altura — e não disse o contrário ontem, quando aqui esteve —, que existiriam inúmeros relatórios sobre questões de armamento, de tráfico de armas. Referiu que existiriam mais de 20 relatórios, se não estou em erro. A Sr.^a Embaixadora consultou ou viu esses mesmos relatórios? O que é que esses relatórios lhe poderiam dizer sobre a relação entre tráfico de armas, associações criminosas e o «acontecimento» de Tancos.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes:** — Sr. Deputado, de facto, já fiz aqui referência que se trata de uma matéria que é objeto de tratamento por parte dos Serviços de Informações da República Portuguesa, tanto numa perspetiva de segurança interna, como digo, mas também numa perspetiva internacional.

Seguimos esses fenómenos com atenção, na medida em que podem acarretar consequências para a nossa segurança e para a dos nossos cidadãos. São produzidos relatórios de acompanhamento periódico desses fenómenos, mas, naqueles que tive ocasião de ler — o meu antecessor, o Dr. Júlio Pereira, terá certamente tido ocasião para ler bastantes mais do que eu ao longo dos 12 anos em que esteve à frente do SIRP —, não me pareceu haver uma relação entre os fenómenos de tráfico internacionais, furtos de pequenas armas e um furto que iria ser feito... digamos, não há uma consequência direta, uma relação de causa-efeito imediata.

Agora, Sr. Deputado, em relação à documentação que produzimos, de avaliação, na sequência do furto de armas em Tancos, a correlação com entidades de natureza criminosa não deixa, obviamente, de ter considerações securitárias relevantes nem, certamente, de ter em conta que há essa hipótese como cenário de trabalho, como eu disse.

Há várias hipóteses, como a de crime organizado, a de crime internacional e depois, cá mais para baixo, as associações de carácter terrorista mais violentas, mas, de facto, não há uma relação de causa-efeito. São maneiras de refletir e de avaliar a situação que são diferentes no âmbito dos Serviços de Informações.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Coloco-lhe duas questões muito concretas, Sr.^a Embaixadora. Em primeiro lugar, devemos concluir que nenhum dos relatórios indiciava ou apontava diretamente para o acontecimento de Tancos?

A segunda questão é a seguinte: esse juízo de probabilidades punha o terrorismo como terceira opção, como acabou de nos dizer agora mesmo? O que é que sustenta essa lógica e essa hierarquia, por assim dizer, que para nós, leigos, é obviamente estranha?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr. Deputado, a sua questão faz todo o sentido, porque, de facto, são metodologias próprias de cada instituição. Tenho tido ocasião de aprender que cada instituição tem a sua maneira de trabalhar e, portanto, agradeço que tenham em conta essa metodologia.

Em relação ao facto de os Serviços de Informações terem colocado num grau menos importante a eventual utilização do material que foi furtado em Tancos por grupos terroristas, queria dizer em primeiro lugar, como já tive ocasião de referir, que não são conhecidas estruturas terroristas suficientemente habilitadas de meios técnicos, de meios financeiros, até, e de meios humanos, em território nacional ou com potencialidade para vir para território nacional, que tenham capacidade de fazer e de organizar uma ação de furto dessa natureza.

Em segundo lugar, como também tive ocasião de dizer, do nosso conhecimento, não há uma ameaça que seja dirigida especificamente a Portugal ou a entidades portuguesas por parte de grupos terroristas internacionais, sejam elas de matriz jihadista ou outra.

Portanto, temos aqui estes dois fatores, que são elementos importantes e que, parece-me, conduzem à nossa hierarquização das opções.

Gostaria também de dizer que, neste contexto, para além do crime organizado e das várias vertentes que isso poderia dar, também há sempre o cenário — que, se não me engano, até foi levantado pela Sr.^a Deputada do PS — de ser utilizado para conflitos armados que, infelizmente, se mantêm à volta do território europeu. Portanto, temos aqui várias hipóteses e é com esses cenários que trabalhamos.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Embaixadora, a Sr. Deputada do PS dizia, há pouco, uma coisa que, de resto, me pareceu muito curiosa, que foi a de que já tinha concluído que não havia responsabilidades políticas, o que me pareceu absolutamente extraordinário.

Isto num processo que levou a um Conselho Superior de Defesa e a um Conselho de Estado, que já levou à demissão de um Ministro da Defesa e que levou à demissão de um Chefe de Estado-Maior, ainda que ele diga que tenha sido por outras razões, obviamente, de forma bastante surpreendente e absurda. Portanto, dizer que não há responsabilidades políticas parece-me uma coisa extraordinária, mas não lhe peço para comentar isso.

A questão política liga-se muito com a questão da coordenação, como é evidente, e a Sr.^a Embaixadora dirige uns serviços de Estado que, de resto, ligam diretamente ao Sr. Primeiro-Ministro. Sei que já lhe foi perguntado hoje, mas pergunto-lhe, mais uma vez, se acha que a coordenação funcionou

no período imediatamente após Tancos e se acha que é assim que a coordenação deve funcionar.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr. Deputado, estamos outra vez a falar, como o outro Sr. Deputado já teve ocasião de fazer, naqueles dois ou três dias a seguir ao furto? Ou quer uma avaliação mais geral? Se for relativamente aos dois ou três dias a seguir ao furto, estou...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Embaixadora, acho que esse exemplo nos pode servir para qualquer outro, porque é um caso tão paradigmático que servirá para qualquer outro.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr. Deputado, de facto, estou com alguma dificuldade em avaliar exatamente o que é que se passou naqueles dois ou três dias, mas a minha convicção, após este ano e alguns meses em funções, é a de que a coordenação funciona bem entre os serviços de segurança, os Serviços de Informações, as Forças Armadas, o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) — não o tenho mencionado, mas devo dizer que também trabalhamos em estreita colaboração com o SEF, quando é necessário — e as outras entidades governamentais competentes, conforme a situação em causa.

No caso concreto do furto de Tancos, ao nível dos Serviços de Informações, temos acompanhado sempre com a troca oportuna de informações, quando necessário e quando assim for julgado útil, com os outros serviços e forças de segurança.

Mais uma vez, os mecanismos funcionam bem, mas há sempre capacidade para melhorar e já fiz referência, concretamente, ao protocolo/memorando que celebrámos para melhorar a nossa colaboração com as Forças Armadas, para que seja mais profícua.

Há sempre mecanismos a melhorar e sou ambiciosa, como lhe digo, para tentar responder de forma mais célere aos acontecimentos. Mas que os mecanismos existem, existem. Eles estão lá e nós, Serviços de Informações da República, produzimos as nossas avaliações e os nossos documentos para as entidades competentes, pois cá estamos nós para trabalhar, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Embaixadora, compreendo a sua resposta, mas não é fácil. Vamos imaginar que qualquer um de nós estava na sua função — esperemos que não, enfim, porque não temos vocação nem experiência para isso — ou na do seu antecessor, o Dr. Júlio Pereira. Disse-nos ele, e já o tinha dito à comunicação social, que soube do acontecido pela comunicação social. Sr.^a Embaixadora, a mim isto não me parece normal, em termos de coordenação!

Ou seja, há um acontecimento desta gravidade, desaparece armamento militar de uma perigosidade extrema e o diretor, a responsabilidade máxima, do Serviço de Informações, não sabe de nada até ver na comunicação social. Assim estaremos sempre todos coordenados, basta-nos ver a comunicação social... De resto, hoje em dia, corre *online* e a coordenação é absolutamente operacional e eficaz. Não é uma resposta razoável, Sr.^a Embaixadora, na minha opinião.

Digo-lhe mais: o seu antecessor disse, inclusivamente, algo muito interessante, curiosamente, na audição de ontem, pois parece apontar um pouco para os militares. De resto, a propósito da comunicação social, foi isso que entendeu, quando se diz «Júlio Pereira aponta aos militares», ou uma expressão desse género, usada por vários órgãos de comunicação social. Ele disse que se estivesse na situação dos militares, quando aconteceu Tancos, a primeira coisa que fazia era dar conhecimento aos Serviços de Informações e às polícias.

Portanto, isto é contraditório até com o que acabou de nos dizer, porque ontem o Dr. Júlio Pereira nos disse que a primeira coisa a fazer era meter as polícias e os serviços juntos no terreno, em vez de começar a fazer inventários.

Aparentemente — desculpe insistir — a coordenação não será ideal e espero, sinceramente, que a Sr.^a Embaixadora, perante outro qualquer acontecimento que espero que não ocorra, não tenha de esperar pela comunicação social. Hoje em dia já não é no dia seguinte, é *online*! Mas espero que não tenha de esperar pela comunicação social.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr. Deputado, está a colocar-me numa situação um pouco complicada, porque eu não estava cá naqueles dias. Estou a responder-lhe acerca do que se passa hoje. Se o Sr. Deputado está a perguntar-me sobre esses dias, realmente não estava e não posso dizer-lhe se...

O que o Sr. Dr. Júlio Pereira lhe respondeu ontem, pois, Sr. Deputado, ele é que estava em funções e melhor poderá responder. Eu estou a falar — e repito — na minha experiência destes meses à frente dos Serviços de Informações da República. Posso dizer-lhe que faremos todo o possível para que essa troca de informações seja profícua, a nível interno, entre as forças competentes.

Mas deixe também dizer-lhe que essa cooperação não é só a nível interno, é a nível externo. Nós levamos muito a sério, também, a cooperação com as nossas congéneres e, portanto, fazemos um trabalho que achamos que tem de ser responsável, em que temos de estar na posse dos elementos devidos para responder cabalmente perante os nossos congéneres. O que está em causa não é só a segurança de Portugal, é também a segurança da Europa e dos outros países, digamos, europeus e aliados.

Não sei que mais posso responder em relação àqueles dias, porque, de facto, nem estava em Portugal naquela altura e não estava nestas funções, que, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, são um grande desafio. Espero estar à altura de corresponder sempre àquilo que o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Presidente da República e os Srs. Deputados esperam de mim.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Temos toda a confiança de que assim será. Não é isso que está em causa, Sr.^a Embaixadora.

Sr.^a Embaixadora, aceitou responder à minha pergunta sobre os acontecimentos daquela altura e disse aqui que a coordenação tinha funcionado, na sua opinião, naquela altura. Não respondeu que não estava em funções, respondeu que tinha funcionado e por isso é que me senti na liberdade de lhe perguntar se, de facto, funcionou ou não e se achava normal se voltasse a repetir-se o que aconteceu naquela altura. Não vou insistir.

Pergunta-me o que pode dizer mais e eu digo-lhe que pode dizer-me se foi feito algum tipo de avaliação ou de análise interna ao que aconteceu naquela altura e aos mecanismos de comunicação?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Na parte dos Serviços de Informações, posso responder que seguimos atentamente e que reforçámos, se me permite, o empenho no acompanhamento dessas matérias. Digamos que, a nível dos Serviços de Informações, isso é com certeza o que também acho, Sr. Deputado.

E também posso responder-lhe que, a partir do momento em que estou em funções, são abordadas questões pertinentes deste dossiê nos *fora* adequados de coordenação e, também, em contactos informais.

Portanto, talvez não me tenha expressado bem em relação aos acontecimentos daquela altura, mas, nesta altura, repito, quando é pertinente

e quando é relevante, a informação circula de forma adequada por quem tem a responsabilidade.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Embaixadora, disse há pouco uma frase que me pareceu muito interessante. Trata-se de uma reflexão. Disse que, quando abriu uma investigação criminal, ou seja, quando a PJ (Polícia Judiciária) — neste caso, supostamente ajudada ou, eventualmente, «desajudada» pela PJM — entrou no terreno, os Serviços de Informações saíram de cena. Foi mais ou menos esta a sua ideia.

Sr.^a Embaixadora, neste caso, terá havido uma denúncia, tanto quanto sabemos anónima, com uma lista de civis que trabalhavam no polígono militar de Tancos e que estariam alegadamente envolvidos em tráfico de armas.

O que sabemos em relação a esta denúncia? Sabemos que foram pedidas escutas e que o juiz do «Ticão» (Tribunal Central de Instrução Criminal) — penso que foi o juiz Ivo Rosa, não tenho a certeza — não as terá autorizado, aguardando mais informações.

Segundo o que a Sr.^a Embaixadora disse, tudo isto tem a ver com a investigação criminal, que era o Ministério Público que liderava, logo não tendo os Serviços nada a ver com isto. Obviamente estou a antecipar o que vai responder, num primeiro momento.

A minha pergunta é outra: apesar de existir uma investigação criminal, não deviam os Serviços de Informações manter-se paralelamente no terreno, porque, obviamente, a sua forma de trabalho é outra e estão a procurar outra coisa? Se diz que se retiram automaticamente, podemos estar a desguarnecer o País em termos de proteção, como é evidente.

Ou seja, um trabalho dos Serviços de Informações paralelo, por assim dizer, não deve continuar, mesmo nestas circunstâncias? Aparentemente, não foram autorizadas as escutas e isso pode ter sido prejudicial para o País.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — É um prazer, digamos, driblar no meio da nossa Lei-quadro dos serviços. A legislação e a Lei-quadro do SIRP dizem que os funcionários dos Serviços de Informações não podem exercer poderes, praticar atos ou desenvolver atividades no âmbito ou competência específica dos tribunais. Portanto, aqui está muito claramente apontada a razão, e, a meu ver, muito bem, pela qual saímos de cena e não participamos na investigação criminal.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não...

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Espere, Sr. Deputado! O segundo ponto é que compete, igualmente, aos serviços, como digo, participar ou trabalhar matéria que possa estar relacionada com questões de segurança interna.

Para além disso, como já tive, também, oportunidade de aqui dizer, a partir do momento em que, porventura, apareça alguma informação e se os Serviços de Informações, de acordo com as suas fontes humanas, chegarem ao conhecimento de algum detalhe, alguma informação que achem relevante, pois imediatamente vão transmitir às entidades competentes para que nós não...

Digamos, nós saímos de cena no que respeita ao processo judicial que está em curso, mas não saímos de cena no acompanhamento atento destas matérias, porque fazem parte e relevam da segurança interna. Portanto, há aqui, como digo...

É difícil, talvez, explicar, mas não posso deixar de dizer que, neste e noutros casos, sempre que haja alguma matéria que consideremos relevante e que nos venha, porventura, pelos meios com os quais trabalhamos transmitimo-la às autoridades policiais ou judiciais competentes.

Portanto, queria que ficasse claro que nós, Serviços de Informações, acompanhamos de forma atenta e abrangente estas matérias. Isso não pode deixar de ficar claro.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — A questão era até mais concreta, ou seja, se esta informação em concreto não deveria ter chegado aos Serviços... Isto porque é desta troca que, muitas vezes... Os Serviços, por exemplo, têm acesso aos serviços estrangeiros, como a Polícia Judiciária, mas por outra via. Não é a mesma coisa.

Às vezes, uma informação dos serviços estrangeiros pode ser determinante para um determinado tipo de ação que, depois, é entregue às autoridades criminais ou não, consoante o que estiver em causa. Sabemos isso e a Sr.^a Embaixadora saberá até melhor do que eu. Isso faz parte da história dos próprios serviços e já aconteceu.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr. Deputado, este debate que estamos a ter — que é do maior interesse, até do ponto de vista nacional e europeu — já o ouvi noutras instâncias, nomeadamente a nível europeu.

É sempre o problema da coordenação entre as forças policiais e os serviços de informações e onde acaba o trabalho de um e começa o trabalho de outro.

Se me permite, há colegas congéneres que trabalham de forma diferente da nossa. Nós temos os nossos imperativos legais e são esses que aplicamos e é com esse quadro e essa moldura legal que trabalhamos.

Nomeadamente, no combate ao terrorismo internacional, uma questão que é levantada e que é muito pertinente a nível europeu, é a partilha de informações entre os serviços de informações e as entidades policiais.

Pelos colegas europeus, não posso responder. Mas, a nível nacional, pessoalmente, estou em crer que os serviços que coordeno partilham a informação com os nossos colegas a nível nacional, de forma permanente e atualizada. Aliás, na minha perspetiva, não pode deixar de ser de outra forma, Sr. Deputado.

As ameaças terroristas são de tal maneira, as violências extremistas são tais que temos de estar em permanente alerta e a trabalhar de forma mais célere do que os potenciais terroristas ou extremistas violentos. Enfim, não vale a pena estar a entrar em detalhes, creio que os Srs. Deputados sabem ao que estou a referir-me.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Embaixadora, aparentemente, na tal reunião da UCAT a que se referiu, há uma referência de um diretor-adjunto do SIS — o diretor não estava presente na altura — que não só fala em referências de serviços congéneres anteriores e desta questão do tráfico de armas, como faz, inclusivamente, referências expressas à tal lista de compras já várias vezes mencionada.

Ou seja, temos um diretor-adjunto, numa reunião da UCAT, a falar da chamada «lista de compras», em que havia quem estivesse no mercado do tráfico de armas à procura de armamento semelhante ao que foi roubado. Mas, ontem, estranhamente, o Sr. Diretor disse que lhe tinha escapado. Pergunto-lhe se tem alguma explicação para isto.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Enfim, acerca da afirmação do Dr. Júlio Pereira, não tenho. Já tinha respondido, creio que à Sr.^a Deputada do PSD, sobre essa questão e, de facto, houve troca de informações entre os Serviços de Informações portugueses e os serviços congéneres, o que, mais uma vez, prova que são matérias relevantes para a segurança interna portuguesa, mas não só.

Portanto, calculo que seja nesse contexto que essa questão foi mencionada na reunião.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Para concluir, Sr.^a Embaixadora, tivemos conhecimento dessa ata e, aparentemente, é dito muito claramente que não só havia uns cidadãos que andariam a fazer umas fotografias suspeitas do polígono de Tancos — estas são informações de que os Serviços dispõem —, como há uma referência expressa à tal lista de compras.

O que parece estranho é que a lista de compras caiu, como cairia uma qualquer outra lista de compras noutra qualquer. Desapareceu e não se tem mais conhecimento dessa referência que me parece, neste processo todo, importante.

Outra questão: admitiu-se como sendo possível que não houvesse coincidência entre o armamento recuperado e o armamento roubado. Isto é exatamente assim. As listas não coincidem. Há armamento que não foi recuperado até agora. Esta é, ou não, uma preocupação para os Serviços?

Mesmo para terminar, nesta primeira ronda, apenas mais uma questão. Queria dizer-lhe que muitas destas perguntas que lhe são feitas sobre a cooperação e sobre o que se pode melhorar, etc., têm um sentido. Nós, o CDS, pedimos esta Comissão, que foi aprovada, e um dos objetivos da Comissão é precisamente saber o que se pode melhorar para o futuro e não apenas apurar o que aconteceu em relação a Tancos. Queremos que a Comissão tenha também uma função de melhoria em relação ao futuro.

O Sr. **Presidente** (José Matos Rosa): — Dou, agora, a palavra ao Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Tem de dar a palavra para responder!

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Peço desculpa, Sr.^a Embaixadora! Como disse que era a última questão...

Tem a palavra, Sr.^a Embaixadora.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Vou, então, tentar responder, mas, Sr. Deputado, acho que eram até mais comentários do que perguntas.

De qualquer forma, posso estar ainda a ver qualquer explicação adicional em relação à tal lista de compras, mas preferia não entrar muito em detalhe sobre o assunto. De facto, a nossa perceção é que essa lista não estava, efetivamente, relacionada com o caso de Tancos.

Sobre a questão das armas não recuperadas, já tive oportunidade de dizer, Sr. Deputado, que continuaremos a seguir qualquer tipo de material que não esteja na posse dos seus devidos proprietários e que poderá ter consequências para a segurança interna. Nós continuamos a seguir atentamente o dossiê e mais não posso dizer-lhe.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Dou, agora, a palavra ao Grupo Parlamentar do PCP. Sr. Deputado Jorge Machado, faça favor.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Secretária-Geral do SIRP, Sr.^a Embaixadora Graça Gomes, gostaria de agradecer as respostas que já deu.

No entanto, sinceramente, não estamos muito convencidos ou agradados, porque a Sr.^a Embaixadora — e percebe-se, tendo em conta a natureza das suas funções — utiliza uma linguagem muito redonda, que aborda os problemas da vigilância e da preocupação no plano internacional e vai fugindo às questões concretas.

Recordo-lhe que está numa Comissão Parlamentar de Inquérito e não numa comissão de normal funcionamento na Assembleia da República, pelo que tem a obrigação de responder com verdade. Se houver matéria que seja reservada e a que não possa responder, faça o favor de o dizer para reunirmos à porta fechada, mas não pode negar a resposta.

Sr.^a Embaixadora, tenho uma primeira pergunta. Depois de ser questionada quanto à lista de compras, a muito custo, admitiu que, sim, os Serviços tinham informações e que os congéneres tinham transmitido a lista de compras. Depois, o Sr. Deputado Telmo Correia fez referência a indícios de fotografias e à lista de compras e a Sr.^a Embaixadora disse qualquer coisa como isto: «Isso não está ligado a Tancos.»

Como assim, Sr.^a Embaixadora? A lista de compras não bate com aquilo que foi furtado em Tancos? É esta a pergunta que lhe quero deixar.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr. Deputado, peço desculpa se não consigo responder tão concretamente às questões, mas vou tentar esforçar-me ainda mais.

Em relação a essa questão concreta, o que quis dizer foi que são processos diferentes, o dossiê de Tancos e o dossiê dessa lista de compras.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Há coincidência com o material que foi furtado ou não?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Não vou responder sobre essa matéria. Não me parece que seja...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, queria fazer um ponto de ordem à Mesa.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Vou-lhe dizer uma coisa: não tenho a lista... Não sei exatamente de que materiais estamos a falar, se são mais caixas de granadas ou mais caixas de munições.

Sr. Deputado, quando estamos a falar do material roubado que foi entregue, se há dúvidas quanto a essas listas, também não tenho capacidade de lhe dizer exatamente quais são os que faltam.

Agora, posso assegurar-lhe, Sr. Deputado, que são processos diferentes e que foi um assunto que se passou antes de eu tomar posse e que foi tratado noutros contextos. Portanto, é tudo o que sei.

Em relação às fotografias — já agora, também em resposta ao Sr. Deputado Telmo Correia —, tanto quanto me contaram, era o caso, que veio a ser mencionado nesta Comissão de Inquérito, de uma viatura que teria aparecido a certa altura à porta dos Paióis. É a isso que nos estamos a referir? Não sei que fotografias está a mencionar. Não sei se era isso...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Já irei às fotografias.

Sr.^a Embaixadora, a pergunta é muito concreta: a lista de compras que essa organização, que se dedica ao tráfico de armas, colocou a circular e que os congéneres transmitiram aos Serviços de Informações portuguesas coincidem ou não com o tipo de material que foi furtado nos Paióis Nacionais de Tancos? Sim ou não?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Não estou em capacidade de lhe responder concretamente a essa questão.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Como assim, não está?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Não tenho as listas dos materiais para estar a fazer confrontações. Não sei!...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — São do mesmo tipo...?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Não posso responder, Sr. Deputado. Não tenho...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Quer responder à porta fechada, no final da reunião? É isso que está a dizer?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Se o Sr. Deputado assim entender... Como quiser.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, então, solicito que este ponto seja esclarecido à porta fechada, no final da reunião. Entretanto, posso desenvolver as perguntas.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Sr. Deputado, teremos de votar, no final da reunião, se esta questão será colocada à porta fechada. De qualquer forma, fica feita essa proposta e decidiremos no final da reunião.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, não acredito que a Sr.^a Secretária-Geral não tenha condições de responder, porque disse que analisou os dossiês todos e que acompanhou a matéria, aliás, como é sua obrigação. Portanto, essa questão fica para o final.

Perguntava à Sr.^a Secretária-Geral se os Serviços de Informações acompanharam a organização que colocou essa lista de compras a circular e a sua possível atividade em Portugal. Sim ou não? Acompanhou essa realidade?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr. Deputado, todas as perguntas estão interligadas e, peço desculpa, eu já disse que não estava em medida de avançar muito mais sobre essa matéria.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Deixaremos isso, então, para o final.

Sr.^a Secretária-Geral, os Serviços de Informações recolheram algum tipo de indício ou informação que permitisse adivinhar o furto antes de ele acontecer?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Estamos a falar do furto de Tancos? Não, os Serviços de Informações não tinham nenhum indício que levasse a essa possibilidade.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Depois do furto e antes da devolução, houve alguma informação relevante que tivesse sido recolhida pelos Serviços?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sobre o processo judicial, não.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não. Sobre o crime, sobre a atividade criminosa, sobre o desaparecimento de armas?

Os Serviços de Informações, depois do furto, naturalmente, tiveram a preocupação de dirigir as antenas para o tráfico de armas, de forma a perceber quem é que estava a movimentar-se no terreno. Recolheram ou não algum indício nessa altura?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Fizemos aquela avaliação que já tive ocasião de referir e os elementos dessa avaliação foram

partilhados com as entidades competentes. Portanto, fizemos a avaliação nos termos que já tive ocasião de descrever e partilhámo-la com as entidades competentes.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim, essa avaliação de risco, de tipologia, já a conhecemos. Mas há algum indício concreto que tenha sido recolhido? Sim ou não?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Os elementos que são tidos em conta na avaliação, naturalmente, têm em atenção todo o tipo de informações relevantes. Portanto, se houvesse indícios ou alguma informação relevante, estaria incluída nesta nossa análise.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A Sr.^a Secretária-Geral, a determinada altura, respondendo a uma pergunta do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, João Vasconcelos, disse que não tinha conhecimento da degradação, das vulnerabilidades das instalações de Tancos.

No entanto, suscita-se-me uma dúvida, porque os Paióis Nacionais de Tancos são, com certeza, uma das infraestruturas críticas do nosso País. Que acompanhamento é que os Serviços de Informações fazem relativamente às infraestruturas críticas e como é que é possível que isso não tenha acontecido?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Como tive ocasião de referir, faz parte do nosso trabalho acompanharmos atentamente e fazermos as nossas avaliações em relação às infraestruturas críticas, mas no âmbito das nossas competências, Sr. Deputado.

Portanto, os paióis são instalações do foro militar e compete às Forças Armadas e às entidades militares competentes tratar das suas avaliações próprias.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Então, que acompanhamento é que os Serviços de Informações fazem relativamente às infraestruturas críticas?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Não tenho os elementos e não sei tudo de cor, mas, por exemplo, nos aeroportos, nos portos, até nas entradas de museus, concretamente, avaliamos a segurança e vemos se há, também aí, algo a melhorar e a relevar.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Então, Sr.^a Secretária-Geral, o que me está a dizer é que os Serviços de Informações fazem um acompanhamento e avaliam as condições de segurança de infraestruturas críticas. Isto é, se avaliam como é que são as normas de funcionamento e de segurança do aeroporto e até dos museus.

Naturalmente, a pergunta que tem de se colocar é esta: o que é que os Serviços de Informações fizeram para avaliar as condições físicas de segurança de uma infraestrutura crítica como os Paióis Nacionais de Tancos? Ou essa avaliação não foi feita porque é uma infraestrutura militar e está fora do radar dos Serviços de Informações da República Portuguesa?

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Sr. Deputado, agradeço a sua pergunta.

De facto, de acordo com a nossa Lei-quadro, até é referida uma outra entidade, o CISMIL (Centro de Informações e Segurança Militares), que tem a ver com as questões de segurança militares, também. Portanto, nós fazemos esse acompanhamento nas áreas das nossas competências específicas.

Os Serviços de Informações são os serviços de informações civis da República Portuguesa. Não vamos entrar dentro das instalações militares para ver o que é que lá está em causa. O que não significa, Sr. Deputado — e compreendo a sua preocupação — que não haja uma partilha de informações sempre que tal seja julgado necessário. Contudo, parece-me que não cabe aos Serviços de Informações andar a avaliar o que se passa dentro de instalações militares.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Dada a limitação das respostas e a perspectiva que o PCP tem de realizar uma parte desta audição à porta fechada, não tenho mais nenhuma pergunta. As dúvidas que se suscitam relativamente à lista e a todas as suas implicações ficarão para um momento posterior.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Então, terminamos aqui a primeira ronda, havendo duas decisões a tomar.

A primeira é no sentido de saber se os grupos parlamentares pretendem fazer uma segunda ronda ou não.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, havendo uma outra parte da reunião em que poderão ser esclarecidas algumas questões, ainda por cima à porta fechada, não insisto numa segunda ronda. De resto, tinha só uma pequena observação a fazer à Sr.^a Embaixadora. Até era mais um comentário do que uma observação.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — A segunda parte diz respeito à proposta do PCP, que pretende ver respondidas à porta fechada algumas questões por parte da Sr.^a Secretária-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, Sr.^a Embaixadora Maria da Graça

Mira Gomes. Pergunto qual é a razão por que faz esse pedido, ou seja, qual é o motivo do pedido e com que base o faz em termos do nosso Regimento.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Coloquei a questão à Sr.^a Secretária-Geral do SIRP.

No âmbito do Regulamento da própria Comissão Parlamentar de Inquérito, a reunião só é à porta fechada se a entidade que está a ser ouvida suscitar matéria de reserva, preferindo responder à porta fechada. Da resposta da Sr.^a Secretária-Geral, deparei que há matéria que não nos está a transmitir e, sendo esta uma Comissão Parlamentar de Inquérito, suscitei a hipótese de ser à porta fechada, mas, naturalmente, é a Sr.^a Secretária-Geral quem terá de dizer se há informação que nos quer transmitir à porta fechada e não à porta aberta!

A legitimidade processual para decidir se quer que a reunião seja à porta aberta ou fechada é da entidade requerida, que está a prestar depoimento. O que se percebe claramente é que houve respostas que não foram dadas e presumo que tenha sido pela natureza da reunião, ou seja, por ser à porta aberta, o que, aliás, é compreensível.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Por proposta de qualquer grupo parlamentar dos membros desta Comissão, poderá ser requerido que a audição seja...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas não foi isso!

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Eu sei, mas estou a fazer o percurso, estou a ser «redondo» nesta questão.

Portanto, qualquer grupo parlamentar ou qualquer membro desta Comissão pode pedir que determinada audição ou parte dela seja feita à porta

fechada. O que ficou estabelecido em reunião de Mesa e Coordenadores, bem como na nossa reunião plenária da Comissão foi que, quando acontecesse um caso destes, poderíamos colocar essas questões no final da reunião, desde que houvesse anuência — como o Sr. Deputado disse, e bem! — por parte de quem estamos a ouvir.

Assim, nesta fase, pergunto à Sr.^a Doutora se acha que pode acrescentar informação se responder à porta fechada a esta questão que o Sr. Deputado colocou.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. Presidente, antes de dar a palavra à Sr.^a Embaixadora, peço para dar nota do seguinte: nós teremos alguma dificuldade, e penso que a Sr.^a Embaixadora também terá, em responder à pergunta que o Sr. Presidente acabou de antecipar, pois penso que o Sr. Deputado tem de concretizar melhor qual é o objeto das perguntas.

Gostaria de recordar à Comissão que o facto de a audição ser à porta fechada não resolve aqui uma questão fundamental e que tem a ver com o seguinte: ao abrigo do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares aplicam-se, subsidiariamente, as normas do Processo Penal e, portanto, enquanto funcionária e responsável com os poderes que detém, a Sr.^a Embaixadora tem sempre a possibilidade de alegar o sigilo e o segredo de Estado.

Portanto, o facto de, eventualmente, podermos até continuar com esta audição à porta fechada não inibe a Sr.^a Embaixadora de invocar o sigilo e o segredo de Estado para não responder às perguntas, sendo certo que, confesso, não percebi muito bem qual é o teor dessas perguntas que o Sr. Deputado queria colocar à Sr.^a Embaixadora.

Já agora, pedia-lhe que fosse concretamente definido o objeto dessas perguntas, isto para se saber se contribuem em alguma coisa para apurar as

responsabilidades políticas, que é, no fundo, o objeto do funcionamento desta Comissão.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Muito obrigado pela sua ajuda neste esclarecimento, para termos todos os dados para a transparência da nossa decisão. Pedia então, novamente, ao Sr. Deputado Jorge Machado que concretizasse as questões.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Com certeza. Primeiro, queria só registar o facto de, em momento algum, a Sr.^a Secretária-Geral do SIRP ter alegado o sigilo ou o segredo de Estado na forma como respondeu, sendo à Sr.^a Secretária-Geral que compete exercer essa mesma prerrogativa.

Concretizando, as perguntas sobre as quais encaminho a audição à porta fechada têm a ver com a coincidência, ou não, da lista de compras que serviços congéneres transmitiram aos Serviços de Informações portuguesas com aquele material que foi furtado, ou seja, se há ou não coincidência, se a tipologia do material é idêntica e se podemos estabelecer algum nexo causal entre essa lista de compras e o furto que ocorreu em Tancos. É relevante para efeitos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Naturalmente, depois, decorrem perguntas relativamente ao facto de, sendo coincidente ou não, saber se quem tinha material idêntico foi informado do perigo que existia do furto, como é óbvio! Se a lista for coincidente, a obrigação dos Serviços de Informações seria a de comunicar imediatamente às entidades do nosso País que detêm aquele tipo de material, dizendo «prestem atenção que há este perigo em concreto no nosso País sobre o furto deste tipo de material».

Portanto, esta matéria tem a ver com a articulação dos serviços de informação com as restantes entidades e é já importante para uma segunda fase dos nossos trabalhos, para percebermos se houve ou não uma lista que

«caiu», desapareceu, e a que mais ninguém ligou. É importante saber se essa informação foi devidamente tratada, do ponto de vista de informações e da prevenção de segurança.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — A partir deste momento quem nos pode ajudar é também aqui...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Tem a palavra, Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é só para suscitar esta ideia: a questão é a mesma desde o início, a questão da lista de compras e a da informação que foi prestada à UCAT sobre a lista de compras, ou seja, a de saber qual era essa lista de compras e em que circunstâncias é que foi dada a informação à UCAT.

A Sr.^a Embaixadora pode dizer-nos mais alguma coisa, desde que a reunião seja fechada, ou não? Se puder, muito bem, vale a pena e nós subscrevemos, apoiamos. Se não puder, ficamos por aqui.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Sr.^a Deputada Carla Barros, tem a palavra.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD entende ser pertinente, naturalmente, esclarecer a questão do Sr. Deputado Jorge Machado, do PCP, isto, claro está, se a Sr.^a Secretária-Geral tiver condições para responder à porta fechada.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Sr. Deputado João Vasconcelos, tem a palavra.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda tem também o mesmo entendimento. Se a Sr.^a Secretária-Geral considera que pode adiantar mais alguns esclarecimentos sobre esta matéria, estamos de acordo com o que foi proposto, com certeza, não nos opomos, antes pelo contrário.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Muito obrigada.
Portanto, Sr.^a Doutora, se nos puder ajudar, tem a palavra.

A Sr.^a Emb.^a **Maria da Graça Mira Gomes**: — Queria começar por frisar que tentei responder com a máxima abertura e transparência às perguntas que me foram colocadas à volta da mesa. Às vezes não é fácil, repito, estar a responder a algumas perguntas que são, de facto, matéria sigilosa e acho que, enfim, compreenderão a dificuldade.

Em relação a esse caso concreto, Sr. Deputado, eu já tinha exprimido a opinião de que eram processos separados, diferentes e não que havia nexos entre um e outro. É matéria sigilosa e não vou avançar mais sobre o assunto. Espero que interpretem as minhas palavras da forma, enfim, que a lei estipula.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Penso que, em relação à questão que foi colocada, temos a situação esclarecida. Acho que o Grupo Parlamentar do PCP e o Sr. Deputado Jorge Machado, não fica feliz nem satisfeito, mas, a partir daqui...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Se é essa a evocação, não podemos...

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Não havendo segunda ronda só me resta agradecer à Sr.^a Secretária-Geral dos Sistemas de Informação da República Portuguesa, a Sr.^a Embaixadora Maria da Graça Mira Gomes, a disponibilidade que teve e a ajuda que nos deu ao responder às questões e às dúvidas que os Srs. Deputados colocaram.

Srs. Deputados, amanhã, às 17 horas teremos nova reunião em que ouviremos a Sr.^a Dr.^a Helena Fazenda.

Muito boa tarde, está terminada a reunião.

Eram 19 horas e 1 minuto.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.